

# **Uma Análise do Caso da Avestruz Master sob a Perspectiva da Teoria dos Simulacros e Hiper-realidade de Baudrillard**

## **Autores:**

**ROBERTA LIRA CANECA**

(PMIPGCC-UNB,UFPE,UFPB,UFRN)

**JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO FILHO**

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

**JOÃO HENRIQUE MEDEIROS DE ALBUQUERQUE**

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

## **Resumo:**

Este artigo teve como objetivo geral investigar a possível relação entre a Teoria dos Simulacros e o caso Avestruz Master. O estudo foi desenvolvido com base na Teoria dos Simulacros, de Baudrillard, da forma como foi abordada no trabalho de Macintosh, Shearer, Thornton, e Welker (2000), investigando uma possível relação entre essa Teoria e o caso Avestruz Master. O artigo foi elaborado com base no método dedutivo, utilizando-se do levantamento bibliográfico com uso das técnicas de documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica especializada, leitura de jornais, diários oficiais, revistas, sítios (Internet), ou seja, material de domínio público. O material coletado, especialmente as falas sobre o caso em estudo, foi tratado com base na técnica da análise de conteúdo, com o objetivo de detalhar termos recorrentes vinculados à idéia de simulacro e hiper-realidade. O estudo concluiu que existe relação entre a Teoria dos Simulacros e os fatos ocorridos com o Grupo Avestruz Master. O fato de a Avestruz Master nunca ter divulgado suas demonstrações contábeis corrobora que o Grupo não agia de forma transparente, deixando de observar as normas de governança corporativa como transparência, *accountability* e equidade.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Contabilidade, enquanto veículo de informação tem como um de seus grandes desafios colocar à disposição dos usuários informações que retratem as práticas de governança corporativa, como transparência e *accountability*. A assimetria informacional originada pela ausência de tais práticas concorre para a insegurança tanto do investidor como para a sociedade. Em empresas cujo controlador do capital é o próprio gestor, existe o risco dos interesses pessoais serem priorizados em detrimento dos interesses dos acionistas (*shareholders*).

O objetivo primordial da contabilidade é fornecer informação clara e transparente, para os seus diferentes usuários, de forma a subsidiar o processo decisório, entretanto, na visão de Macintosh et al. (2000), a Contabilidade tem caminhado para um ambiente de hiper-realidade, da mesma forma que a sociedade contemporânea, sob a ótica da Teoria dos Simulacros de Baudrillard. Num momento em que tem se evidenciado de forma recorrente a relevância da adoção das práticas de governança corporativa pelas diversas empresas, como forma de otimizar o desempenho empresarial ao proteger as partes interessadas na empresa (*stakeholders*), Macintosh et al. (2000) constataram que as companhias, na realidade, possuem uma crescente preocupação em divulgar apenas aquilo que para elas seja mais favorável, em

detrimento dos usuários da informação, criando um ambiente hiper-real e divulgando resultados que, na realidade, são simulacros.

Para ilustrar a aplicabilidade dessa abordagem, tomou-se como caso a ser analisado o do Grupo Avestruz Master. Foi feita uma análise dos problemas ocorridos com o referido grupo, no intuito de buscar evidências entre tais problemas e a forma como o empreendimento se apresentava diante dos investidores e da sociedade; pois, o Grupo Avestruz Master, captou recursos e ganhou a confiança de clientes no mercado através de estratégias de marketing e propagandas que evidenciavam apenas a vantagens de se investir em um mercado inovador e supostamente lucrativo, todavia, sem ter divulgado suas demonstrações financeiras.

Diante desse contexto, descortina-se o seguinte questionamento: ***Haveria relação entre a Teoria dos Simulacros de Baudrillard e o caso da Avestruz Master?*** Tomou-se como objetivo precípuo do estudo em tela, perquirir a relação entre a Teoria dos Simulacros e o caso do Grupo Avestruz Master. Para propiciar a consecução do objetivo geral proposto, foi necessário refletir sobre realizado por Macintosh, conceituar e evidenciar as práticas de governança corporativa e por fim, analisar o caso da Avestruz Master sob a ótica dos padrões de governança corporativa e identificar uma possível relação com Teoria dos Simulacros de Baudrillard.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de se evidenciar a relevância das informações transparentes e tempestivas e as conseqüências da ausência, desses pré-requisitos, para os investidores e a sociedade civil em geral.

## **2. MARCOS TEÓRICOS**

### **2.1. A Teoria dos Simulacros de Baudrillard**

Jean Baudrillard, filósofo e sociólogo contemporâneo, nasceu em 1929 na cidade de Reims, na França. Durante a vida, desenvolveu uma série de teorias que remetem ao estudo dos impactos da comunicação e das mídias na sociedade e na cultura contemporâneas. Partindo do princípio de uma realidade construída que ele denominou de hiper-realidade, Baudrillard (1991) discutiu a estrutura do processo em que a cultura de massa produz esta realidade virtual. Suas teorias contradizem o discurso da verdade absoluta e contribuem para o questionamento da situação de dominação imposta pelos complexos e contemporâneos sistemas de signos. Os impactos do desenvolvimento da tecnologia e a abstração das representações dos discursos são outros fenômenos que servem de objeto para seus estudos.

Baudrillard (1991) evidenciou a problemática relativa à morte do referente e, conseqüentemente, do que ele define como *real*. A ausência deste referente se dá através de um processo de simulação de fatos, o que torna possível a constituição de uma sociedade que tem como base algo denominado *hiper-real*; modelos cuja referência dos signos deixa de ser a realidade. Para testificar esse quadro utilizou suas idéias sobre *simulacro*, *implosão* e *hiper-realidade* para propor uma descrição radical da sociedade pós-moderna.

Para Baudrillard *apud* Macintosh et.al. (2000), *simulacro* é um sinal, modelo, imagem, algo irreal e não parecido com qualquer outra coisa; *implosão* ocorre quando o limite entre duas ou mais entidades, conceitos ou domínios dissolvem-se ou fundem-se, de modo que as diferenças desaparecem; *hiper-realidade* se refere à atual condição de pós-modernidade, onde simulacros não guardam muita relação com qualquer outra referência real e onde coisas, imagens e modelos circulam desvinculados de qualquer objeto material real ou ideais românticos. Observa ainda, que a sociedade pós-moderna é dominada pela lingüística e pela

esfera textual, que agora é mais importante do que o domínio econômico que prevaleceu na era industrial.

Baudrillard *apud* Macintosh et.al. (2000) voltou especial atenção aos relacionamentos dos signos de referência e propõe quatro fases ou eras dos modelos. Na primeira fase, que ele associou à era feudal, existe uma boa aparência, sendo o modelo uma representação exata e transparente da realidade. As três fases que se seguem são: *Falsificação*, o esquema dominante no período do Renascimento até a Revolução Industrial; *Produção*, esquema dominante da era industrial; *Simulação*, o esquema dominante na fase contemporânea.

## 2.2. A Teoria dos Simulacros e Hiper-realidade e a Evolução da Contabilidade

Macintosh et. al. (2000) basearam-se em duas linhas independentes da literatura – Teoria dos Simulacros de Baudrillard e a Teoria da Contabilidade Financeira – para investigar a informação nos relatórios contábeis. Primeiramente foi feita uma descrição da contabilidade dos tempos antigos, quando os modelos contábeis eram tidos como referências inequívocas para os *reais* objetos ou eventos físicos ou sociais, posteriormente utilizaram, então, a cronologia das *ordens de simulacros* de Baudrillard e seus conceitos de simulacros, hiper-realidade e implosão para interpretar mudanças historicamente documentadas nos relacionamentos dos modelos de referência da contabilidade e alguns enigmas contábeis atuais. A principal tese de Macintosh et al. (2000) foi que muitos modelos contábeis não se referem a objetos ou eventos reais e a contabilidade não funciona muito de acordo com a lógica da representação transparente, dos administradores ou da informação econômica. Ao invés disso, a contabilidade presentemente modela somente o que é por si só um modelo.

Macintosh et al. (2000) justificaram a seleção de algumas idéias de Baudrillard para explorar por que assuntos contábeis contemporâneos se tornaram tão controversos e difíceis de solucionar, por três razões: a perspectiva dele é decididamente pós-moderna e pós-estruturalista; Baudrillard enfocou nas mudanças que aconteceram nas últimas décadas em áreas que afetam profundamente a contabilidade, como idioma, tecnologia de informação, comunicação e mídia eletrônica; e, Baudrillard caminhou para uma perspectiva semiótica radical da produção e consumo da informação.

Na perspectiva de Macintosh et al. (2000), as fases sucessivas do modelo de Baudrillard forneceram uma estrutura para a interpretação de mudanças documentais históricas nos significados dos modelos contábeis. À medida que as eras emergiam, momentos de ruptura na contabilidade se espelhavam na sociedade, alterando radicalmente as características temporais e espaciais dos modelos contábeis. O quadro abaixo, ilustra de forma sintética o paralelo feito pelo estudo de Macintosh et al. (2000) entre as idéias de Baudrillard e a evolução da Contabilidade.

Quadro 1 - Comparativo entre as idéias de Baudrillard e a aplicação de Macintosh.

	Baudrillard <i>apud</i> Macintosh et.al. (2000)	Macintosh et. al. (2000)

	<b>Baudrillard <i>apud</i> Macintosh et.al. (2000)</b>	<b>Macintosh et. al. (2000)</b>
<b>Sumérios</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma pré-histórica da contabilidade, completa, com débitos e créditos, para controlar fluxos de bens e obrigações sociais a pagar.</li> <li>• 3500 a.c., antes do advento da escrita, eram usadas fichas de barros para representar recursos como vacas, ovelhas e grãos. Cada tipo de ficha seria considerado uma conta.</li> </ul>
<b>Era Feudal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As relações entre os modelos e suas referências eram físicas, claras e transparentes.</li> <li>• A mobilidade de classes era inexistente.</li> <li>• Relação modelo-referência: os modelos são limitados e não são largamente difundidos; cada um funciona com seu valor cheio; cada um consiste numa obrigação recíproca entre as classes, clãs ou pessoas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A contabilidade medieval evidenciava a influência da ordem social. A propriedade dos recursos concentrada nas mãos da nobreza.</li> <li>• O mecanismo de escrituração contábil predominante era o de “carga” e “descarga”, semelhante à antiga urna Suméria, que equilibrava uma relação direta e transparente com uma realidade física e social que ocorre contemporaneamente no tempo e no espaço.</li> <li>• As partidas dobradas eram largamente utilizadas nas práticas de escrituração contábil da Itália medieval, onde os comerciantes das cidades-estado praticavam a contabilidade mais sofisticada do período medieval.</li> </ul>
<b>Renascimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A primeira ordem de simulacros – a era da falsificação.</li> <li>• O modelo se torna uma falsificação da referência. O advento do estuque (gesso) liderou as imitações da natureza, por meio de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luca Pacioli passava para o papel o “método de Veneza”.</li> <li>• Renascimento da contabilidade dentro da ordem dos simulacros de Baudrillard; introdução de cálculos periódicos do ganho e</li> </ul>

	<b>Baudrillard <i>apud</i> Macintosh et.al. (2000)</b>	<b>Macintosh et. al. (2000)</b>
	<p>símbolos artificiais e imagens de referência reais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os modelos falsos (simulacros) não apenas imitavam objetos reais, mas passaram a distorcê-los.</li> <li>• O surgimento da burguesia. Situada entre a nobreza e as classes sociais mais baixas, os burgueses clamavam por seus direitos naturais.</li> <li>• A burguesia: simulacros representavam seu lugar na sociedade.</li> </ul>	<p>a concomitante mudança na relação entre o modelo contábil e o real.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo ganho acumulado nas contas “nominais” não seria “real” até que fosse finalmente distribuído em bens e/ou dinheiro.</li> <li>• Muda a técnica contábil. Para um contexto de continuidade ela se transforma em problema de observação de segmentos em contínua atividade.</li> </ul>
<b>Revolução Industrial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segunda ordem do simulacro de Baudrillard</li> <li>• Principal característica: produção em série.</li> <li>• Na ordem de produção o modelo vem para “absorver” o objeto. A produção em série tornou possível a produção de objetos idênticos indefinidamente.</li> <li>• Modelo e referência fundiram-se em uma relação de equivalência, de indiferença.</li> <li>• Declínio dos direitos naturais do homem e o código da falsificação, e o aparecimento do novo código de política econômica cujas regras e leis foram inseridos no domínio social. O indivíduo não é mais a imagem de Deus, mas passa a ser imagem de outros trabalhadores ou burgueses.</li> <li>• A máquina industrial, Baudrillard conclui, agora equivale à consciência racional, histórica e funcional da sociedade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A precificação ficou submetida ao código de política econômica, denominado valor de troca.</li> <li>• O ganho na ordem de produção foi reconhecido como um retorno seriado, periódico de um capital despersonalizado.</li> <li>• Profunda transformação entre o modelo e o real: capital e ganho renunciando ao seu fundamento em favor dos esforços produtivos de um empresário.</li> <li>• Comparabilidade e reprodutibilidade</li> <li>• O capital é composto não de bens tangíveis, mas de organizações construídas no passado e passíveis de funcionar no futuro.</li> <li>• Os valores “reais” do balanço não dependem dos valores de custo, liquidação ou mercado, mas da capacidade da corporação gerar lucros futuros, que é refletido nos seus lucros correntes.</li> <li>• Princípios contábeis e convenções.</li> </ul>

	<b>Baudrillard <i>apud</i> Macintosh et.al. (2000)</b>	<b>Macintosh et. al. (2000)</b>
<b>Era Contemporânea</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existe qualquer abstração na era da simulação, o modelo é agora sua própria simulação. A diferença entre modelo e referência implode.</li> <li>• Explosão dos instrumentos de tecnologia da informação, que bombardeiam o indivíduo com um excesso de modelos idealizados.</li> <li>• A pessoa “real” desaparece e se transforma em uma imagem desses modelos.</li> <li>• A cultura contemporânea retrata a incessante produção de imagens sem nenhuma intenção de fundamentá-los na realidade</li> <li>• As massas neutralizadas e despolitizadas absorvem passivamente as simulações não referenciadas e demandam por mais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O futuro se aniquila dentro do presente enquanto corporações, indivíduos e governos usam novas técnicas para se defenderem de potenciais impactos futuros.</li> <li>• O futuro não conta mais, ele é descontado. O passado e o futuro implodem dentro do presente</li> <li>• Assimetria informacional;</li> <li>• Falta de transparência</li> </ul>

Fonte: **elaboração própria.**

Macintosh et al. (2000) concluíram que muito da informação contábil atual circula em uma hiper-realidade Baudrillardiana onde tempo e espaço implodem e os sinais contábeis não refletem muito o domínio material e econômico, na verdade, mais parece que ela o precede ou não guarda nenhuma relação com ele. Outra observação feita no trabalho é que os recentes avanços na Teoria da Contabilidade Financeira implicam que esta mudança no relacionamento dos modelos de referência da contabilidade não compromete a utilidade de números contábeis para propósitos de estimação.

Diante do exposto, depreende-se que a assimetria informacional se relaciona com a hiper-realidade de Baudrillard. Ou seja, é criado um cenário hiper-real onde as informações são trabalhadas de forma que o que é exposto como verdadeiro, na realidade trata-se de um simulacro.

No intuito de corrigir tais distorções provocadas por um cenário hiper-real e, conseqüentemente dirimir a assimetria informacional, no intuito de garantir a transparência e confiabilidade das informações, torna-se necessária à adoção de mecanismos de governança corporativa.

### **2.3. Governança Corporativa: Definições e Conceitos**

A constante evolução das sociedades capitalistas traz consigo, uma nova relação entre as organizações e a sociedade, não raramente, culminando na dissociação dos proprietários das companhias e seus gestores. Essa dissociação potencializa o aparecimento de conflitos de interesses entre os agentes envolvidos, os quais podem denominados de conflitos de agência, em que o principal (proprietário, acionista ou cotista) delega ao agente (gestor) a competência

de decisão sobre sua propriedade, entretanto, conforme postula a Teoria do Agenciamento, o agente leva em consideração exclusivamente seus interesses na tomada de decisões ao invés de levar em consideração os interesses do principal. Corroborando com essa aceção, afirma Siffert Filho (1998, p.125) que: “as questões de governança corporativa ganharam maior relevância a partir do surgimento das modernas corporações, nas quais há a separação entre controle e gestão”.

Nesse contexto, emerge a Governança Corporativa que se configura como um processo que adota uma série de mecanismos e princípios que tem como intuito dirimir os conflitos de agência. Ross, Westerfield e Jordan (2002) evidenciaram que a adoção da boa governança corporativa visa evitar os problemas de agenciamento, que são resultantes da divergência de interesses entre a administração organizacional e os proprietários e que são responsáveis por fracassos organizacionais decorrentes de abuso de poder, erros estratégicos ou fraudes.

A expressão *corporate governance* surgiu na língua inglesa no final dos anos 80, ganhando notoriedade mundial no início da década, com os grandes escândalos financeiros envolvendo diversas companhias norte-americanas, despertando a atenção da sociedade para a relevância dessa temática. No Brasil, o assunto é mais recente, tendo como marco inicial a criação de 1999 do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e a posterior publicação do Código Brasileiro de Melhores Práticas de Governança Corporativa, tornando-se a partir de então, foco de discussões e iniciativas há cerca de cinco anos.

Afirma o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC - (2004, p.06) que governança corporativa é: “o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal”.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM - (2002a, p.02) conceitua governança corporativa como o: “conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital”.

A governança corporativa, segundo Wright, Kroll e Parnell (2000), refere-se a um sistema de gestão pelo qual as estratégias da organização são monitoradas pelo Conselho de Administração para garantir a efetividade da administração e a rentabilidade para os acionistas, zelando pelos direitos dos sócios minoritários. Na visão de Santos (2003), qualquer instituição, independentemente da sua forma, essência ou finalidade, deve possuir uma estrutura de governança, ou seja, um conjunto de procedimentos e controles que disciplina as relações entre os que nela estão envolvidos.

A problemática que envolve o sistema de governança é o conflito de interesses dos diversos atores envolvidos e a garantia de seus direitos. Silva, Cupertino e Ogliari (2002) afirmam que numa empresa onde o controlador do capital próprio corresponde ao próprio administrador, o interesse pessoal desse investidor pode ser favorecido em detrimento dos minoritários. Ao financiar companhias, os investidores estão sujeitos ao risco de apropriação indevida por parte de controladores ou administradores da companhia de parte do lucro do investimento.

De acordo com a CVM (2002a, p.02): “A adoção de boas práticas de governança corporativa constitui, também, um conjunto de mecanismos através dos quais investidores, incluindo controladores, se protegem contra desvios de ativos por indivíduos que têm poder de influenciar ou tomar decisões em nome da companhia”.

Diante disso, afirmam Shleifer e Vishny (1997), que a contabilidade apresenta-se como protagonista da governança corporativa, uma vez que boa parte dos contratos de incentivos entre gestores e os *shareholders*, baseia-se em referências contábeis da companhia.(tradução livre)

Esses conceitos culminam em uma transformação de valores na gestão das organizações, na medida em que os interesses dos *stakeholders* são considerados no processo decisório de forma a garantir que seus direitos sejam preservados, inserindo-se neste contexto temas como Responsabilidade Social, Ética e *Accountability*.

#### **2.4. A relevância de adoção de padrões de Governança Corporativa**

O IBGC (2004) salientou que governança corporativa é uma questão de valor. Para adequar-se às suas exigências, é preciso que sejam revistos os valores organizacionais, dentre os quais não podem faltar a honestidade e a transparência.

O IBGC (2004) elaborou e divulgou normas referentes ao sistema de governança corporativa. Os princípios norteadores de tais padrões considerados como linhas mestras pelo IBGC (2004) e também citados pela CVM (2002a), são:

- **Transparência:** Clareza, respeito aos direitos dos diversos *stakeholders*, produção de informações relevantes e oportunas para atender as necessidades dos usuários.
- **Prestação de contas (*accountability*):** refere-se à prestação de contas pelas atividades delegadas. Os agentes de governança, segundo o IBGC, são: Conselho da administração, executivo principal [CEO] e diretoria, auditoria independente e Conselho Fiscal.
- **Equidade:** caracterizado pelo tratamento justo e equitativo entre os agentes de governança.

A partir das linhas mestras, que nada mais são do que os ideais ou objetivos a serem atingidos pela adoção da governança corporativa pelas organizações, o IBGC (2004) elaborou um código das melhores práticas de governança corporativa. Este código, cujo objetivo é traçar caminhos para as empresas em geral alcançarem melhores desempenhos e obterem mais recursos para sua sustentabilidade e continuidade, abrange seis partes:

1. **Propriedade:** todos os envolvidos têm o direito à participação nas deliberações e acordos dispostos em assembléia geral;
2. **Conselho de administração:** que apresenta como missão proteger, agregar valor ao patrimônio, aprovar código de ética e responsabilidades, manter bons e éticos relacionamentos entre conselheiros internos e externos, evitando conflitos com o executivo principal e os diversos comitês;
3. **Gestão:** desempenhado pelo CEO que executa o estabelecido pelo conselho de administração e responde pelo desempenho da organização;
4. **Auditoria:** responsável pela verificação da veracidade das informações, cujas ações devem caracterizar-se pela independência e objetividade, com prazos de serviços predeterminados;
5. **Fiscalização:** complementa as atividades do conselho de administração na fiscalização e controle da gestão da organização, funcionando como um controle independente;

6. Ética/conflito de interesses: refere-se à questão de que todas as organizações devam possuir um código de ética que monitore as ações dos funcionários e comprometa a sua administração com os objetivos da organização, envolvendo os relacionamentos com fornecedores e associados.

Além do IBGC e da CVM, outras organizações como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES] e a Bolsa de Valores de São Paulo [Bovespa] vêm adotando medidas que visam incentivar as empresas brasileiras a aplicar práticas de governança corporativa. Um aspecto bastante relevante que vem sendo considerado são as peculiaridades do mercado corporativo brasileiro.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo foi desenvolvido com base no método dedutivo, utilizando-se do levantamento bibliográfico com uso das técnicas de documentação indireta por meio da pesquisa bibliográfica especializada, leitura de jornais, diários oficiais, revistas, sites, ou seja, material de domínio público.

O material coletado, especialmente as *falas* sobre o caso em estudo, foi tratado com base na técnica da análise de conteúdo, com o objetivo de detalhar termos recorrentes vinculados à idéia de simulacro e hiper-realidade.

Berelson *apud* Bardin (1977, p.36) definiu a análise de conteúdo como: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações”.

Os critérios de análise de conteúdo empregados neste trabalho foram o temático e o sintático. Bardin (1977) definiu a análise temática como sendo a contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada. Já a análise semântica está relacionada a substantivos, adjetivos e verbos, ou seja, “*palavras plenas*, isto é, palavras <<portadoras de sentido>>” (Bardin, 1977, p. 82).

“É certo que o género [sic] de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo, não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa”. (Bardin, 1977, p.81).

Foram selecionadas para análise, trechos de algumas declarações e entrevistas concedidas pelo sócio majoritário da Avestruz Master e pelo advogado do Grupo a revistas e jornais, impressos ou eletrônicos, no período compreendido entre os meses de abril de 2005 e maio de 2006.

## **4. ESTUDO DE CASO: AVSTRUZ MASTER**

### **4.1. Breve histórico do Grupo Avestruz Master**

A Avestruz Master tratava-se de um grupo de cinco empresas familiares, com a primeira criada no ano de 2002, e que em menos de cinco anos de existência tornou-se o maior criatório da América Latina do setor estrutuocultor.

O grupo captou milhões de reais de milhares de investidores nos seis últimos anos com a formação de uma mega estrutura, aparentemente sólida, e com o pagamento de altos rendimentos aos aplicadores.

A Avestruz Master negociava avestruzes por meio de Cédulas de Produto Rural [CPR], que são títulos com promessa de entrega futura de mercadorias, emitidos por um produtor rural. A CPR era entregue ao investidor que comprava avestruz, como espécie de garantia. O animal ficava sob os cuidados da empresa e o investidor lucrava com a venda da carne, plumas, óleo, ovos e couro.

#### **4.2. Os Problemas Ocorridos com O Grupo Avestruz Master**

A CVM (2004b), por meio da deliberação nº 473, de 1º de dezembro de 2004, determinou a que fosse interrompida a negociação de avestruzes por meio de CPR feita pela Avestruz Master. Segundo a CVM (2004b), a empresa estaria induzindo o aplicador a acreditar em uma garantia de rentabilidade equivalente ao valor de recompra dos animais.

Vieira (2005) relatou a Avestruz Master negociava as CPR com promessas de rentabilidade de até 60% ao ano, bem acima do retorno médio bruto de mercado, que gira em torno de 104% do Certificado de Depósito Interbancário [CDI]. A recompra das aves era garantida pelo Abatedouro Struthio Gold, coligado da empresa, o que, no entendimento da CVM, descaracterizava a aplicação como CPR e a enquadraria na categoria de Contrato de Investimento Coletivo (CIC), cuja negociação é restrita às empresas abertas e precisa de registro na entidade (Vieira, 2005).

A CVM reforçou a necessidade de análise atenta de investimentos que prometem rentabilidade muito superior à dos demais, pois, maioria das vezes se estará diante de sociedades que atuam de forma irregular (como citado em Fariello, 2005c).

A crise da Avestruz Master tornou-se pública no dia 04 de novembro de 2005, quando os cheques da empresa, descontados por clientes, foram devolvidos. Naquela mesma data, o Grupo Avestruz Master divulgou uma nota oficial justificando que a devolução dos cheques haviam sido ocasionadas devido a problemas no sistema de integração entre as empresas do Grupo e o frigorífico e abatedouro Struthio Gold, o que teria causado transtornos na transmissão de dados entre a matriz e as franquias e filiais da empresa e, conseqüentemente, na comercialização de aves. O Grupo informou que estaria paralisando suas atividades por três dias para realizar o balanço de seus prejuízos e organizar seus departamentos, visando retornar seu atendimento normal três dias depois, o que acabou por não acontecer.

A crise que se abateu sobre a Avestruz Master foi precedida de vários acontecimentos. Os principais são as intrigas familiares na disputa pelo poder na empresa, a má administração, que possibilitou a retirada de valores altos, além do modelo adotado para captação de recursos. (“Como”, 2005).

Monteiro (2005) comentou que, como não há conhecimento de outra grande fonte de renda da empresa, senão os recursos aplicados pelos investidores, tudo indica que os altos lucros pagos vinham do dinheiro investido pelos próprios clientes, embora o principal sócio-proprietário do grupo negasse que os gastos da empresa fossem custeados com recursos de terceiros. Porém, reconheceu nunca ter vendido aves da empresa no mercado ou que tenha recebido investimentos estrangeiros.

Fariello (2005b) informou que a Polícia Federal descobriu, por meio de dados armazenados em um computador apreendido na sede da empresa Avestruz Master em Goiânia, que foram vendidas, por meio de CPR, 599.370 aves a 49.321 investidores. Pela análise dos dados, a dívida da empresa com os aplicadores equivaleria a R\$ 1,7 bilhão, em títulos a vencer em 14 meses. Segundo Fariello (2005b), esses números foram reconhecidos pela empresa. Dias antes, a Avestruz Master declarou possuir pouco mais de 40.000 aves (como citado em Fariello, 2005a).

De acordo com o Parecer emitido pelo Senado, o grupo Avestruz Master tratava-se uma empresa de construção de dívidas. Nos livros contábeis não havia um único lançamento que atestasse a comercialização de avestruzes. Todo o dinheiro que entrou nos caixas do grupo originou-se dos credores. Segundo o Parecer, a Avestruz Master não vendia aves, apenas recebia dinheiro e utilizava para o pagamento de outros clientes que já tinham CPR vencidas (como citado em “Credor”, 2006).

No início de fevereiro de 2006 o sócio majoritário e sua família foram afastados da direção das empresas do Grupo, que passaram a ser administradas judicialmente até que fosse aprovado um plano de recuperação para a empresa ou decretada sua falência.

O projeto de recuperação elaborado pelo advogado do Grupo Avestruz Master, ajustado após análise de consultoria da Fundação Getúlio Vargas [FGV], foi aprovado por 76% dos investidores presentes em assembléia que ocorreu em Goiânia, no Estado de Goiás, além de ter conseguido a maioria também entre os detentores de créditos trabalhistas. Desta forma, foi aprovada a criação da empresa Avestruz Master S/A, sociedade anônima de capital fechado, na qual os mais de 56 mil aplicadores, com direito a receber R\$ 1,4 bilhão, passaram a ter 87,5% das ações da nova empresa. Os demais 12,5% permanecem nas mãos do antigo sócio majoritário do grupo. (Fariello, 2006d).

O advogado da Avestruz Master, que passou a ser o diretor administrativo da sociedade, afirmou que, embora o plano aprovado não preveja pagamento de dividendos aos acionistas nos primeiros dois anos, espera-se que a empresa obtenha lucro para ser distribuído aos investidores ainda no exercício de 2006. (como citado em Fariello, 2006d).

O plano de recuperação, alterado pela FGV, determinou que se a empresa não voltar a apresentar lucro e tornar-se inviável nos próximos cinco anos, a dívida volta a ser do antigo sócio majoritário do Grupo Avestruz Master. (Fariello, 2006d).

#### **4.3. Relação entre a Teoria dos Simulacros, Hiper-realidade e Governança: o Caso Avestruz Master**

Monteiro (2005) destacou que as empresas do Grupo Avestruz Master se apoiavam no fato de serem sociedades empresárias limitadas para não divulgarem suas demonstrações financeiras ao mercado, o que impossibilitava o conhecimento sobre os ativos e passivos do Grupo. Ou seja, o que se conhecia sobre o grupo era o que se divulgava através de propagandas e entrevistas. Depreende-se então que a Avestruz Master não agia de forma transparente, deixando de observar as normas de governança corporativa de transparência, *accountability* e equidade.

Diante do exposto, surge a necessidade de refletir sobre o que motiva uma pessoa a investir numa empresa que não é transparente. Ferreira explicou que, por acreditar demais em determinadas propagandas, o investidor ignora riscos inerentes aos processos, e a ganância pode contaminar análises mais profundas, nocauteando a razão (como citado em Fariello, 2006c).

As propagandas favoráveis sobre o empreendimento como algo extremamente promissor, com uma enorme demanda reprimida e as promessas de lucros altos, criaram um cenário favorável ao surgimento de uma hiper-realidade, estimulando pessoas a investirem num negócio que, na realidade, era um simulacro.

Em entrevista publicada pela revista Struthio & Cultura, o então sócio majoritário e presidente da Avestruz Master falou sobre o Grupo, os planos de expansão e o mercado de avestruz no Brasil e no Mundo (“Entrevista”, 2005). Procedeu-se então à análise de conteúdo das respostas fornecidas pelo entrevistado, onde foram observados os seguintes sinais:

✓ O entrevistado esquivou-se de comentar sobre assuntos relacionados ao montante de vendas realizadas pelo grupo, comentando que não falava em números, mas “a empresa cresce e aumenta seus rendimentos de forma sustentada e organizada” (como citado em “entrevista”, 2005, p. 30).

✓ Nas respostas dadas pelo entrevistado a dez perguntas que compunham a entrevista, os termos *crescimento* / *desenvolvimento* aparecem 8 vezes; *empreendimento promissor*, 5 vezes; *Struthio Gold*, 5 vezes; *segundo maior do mundo*, 3 vezes; *parceria*, 3 vezes; *rendimentos*, 2 vezes; *emprego*, 2 vezes. Isto denota a tentativa de convencimento de que investir na Avestruz Master se tratava de um negócio promissor, que estava em franco crescimento e no qual valia a pena investir, pois era gerador de bons rendimentos e emprego. Recorde-se que *Struthio Gold* é o nome do frigorífico do Grupo que garantia a recompra dos CPR negociados pela Avestruz Master, ou seja, é a garantia do negócio citada por cinco vezes na entrevista.

✓ Ao ser interpelado sobre as deliberações da CVM em relação à comercialização de avestruzes, assunto que era desfavorável à imagem do grupo, o entrevistado, mais uma vez se esquivou de comentar a resposta, limitando-se a dizer que a empresa cumpriu as determinações impostas pela CVM.

Diante da breve análise do conteúdo da entrevista, nota-se o esforço do entrevistado em demonstrar quão rentável é o empreendimento. Verifica-se o empenho em construir um cenário favorável para que se invista na empresa, ou seja, trata-se do esforço para a edificação de um ambiente de hiper-realidade, onde seriam negociados os simulacros.

Tão logo as dificuldades financeiras da Avestruz Master tornaram-se públicas, o Grupo divulgou nota oficial alegando que os transtornos teriam sido ocasionados por falha do sistema de comunicação sistema de integração entre as empresas do Grupo e o frigorífico e abatedouro *Struthio Gold*, e não por problemas de liquidez (como citado em Master, 2005). Pela análise de conteúdo da nota oficial, verifica-se o esforço da Avestruz Master em evidenciar a associação do nome do abatedouro *Struthio Gold* às demais empresas do Grupo, já que ele seria o garantidor da recompra das aves negociadas via CPR. Ou seja, procedendo-se a uma análise sintática do conteúdo, sob a ótica de Bardin (1977), o termo *Struthio Gold* assumiria o significado de garantia, segurança, retorno certo. Na visão Baudrillardiana, o nome do abatedouro seria um simulacro criado para ambientar uma hiper-realidade, ou seja, uma garantia hiper-real.

Conforme evidenciado anteriormente, a saída encontrada para se evitar a falência das empresas do Grupo Avestruz Master foi a sua transformação em uma sociedade anônima de capital fechado, cuja criação foi aprovada em assembléia com os investidores/ credores, que passam a possuir 87,5% das ações da nova companhia.

O advogado do Grupo Avestruz Master, que foi nomeado diretor administrativo da empresa Avestruz Master S/A, declarou, logo após o resultado da assembléia, que estaria nascendo a maior empresa de criação de avestruzes do mundo. O diretor administrativo da nova sociedade declarou esperar que a empresa obtivesse lucro a ser distribuído aos investidores já no exercício de 2006. Ainda de acordo com o diretor, parte do lucro de 2006 será utilizada para recomprar ações de pequenos investidores, e a empresa pretende recomprar as ações dos investidores que possuem créditos de até quinze mil reais em até dois anos (como citado em Fariello, 2006).

Procedendo-se à análise de conteúdo das declarações dadas pelo diretor administrativo da empresa Avestruz Master S/A, vê-se que os planos continuam ambiciosos. Fala-se em lucros ainda no ano de criação da sociedade anônima, porém não se mencionam os passivos

do Grupo. Comemora-se o nascimento da maior empresa de criação de avestruzes do mundo, projeto mais ambicioso que o anterior, antes da criação da sociedade anônima, cujo objetivo era ser a segunda maior empresa de estruturacultura do mundo. Diante disto, depreende-se que o simulacro Struthio Gold esteja sendo substituído por uma hiper realidade baudrillardiana denominada Avestruz Master S/A.

## 5. CONCLUSÃO

Este artigo buscou investigar a relação entre a Teoria dos Simulacros e o caso Avestruz Master. Para tanto, tomou-se como base o trabalho realizado por Macintosh et al (2000). Como forma de subsidiar a análise dos fatos, recorreu-se aos conceitos de governança corporativa e análise de conteúdo.

O estudo demonstrou que existe relação entre a Teoria dos Simulacros e os fatos ocorridos com o Grupo Avestruz Master. O fato de a Avestruz Master nunca ter divulgado suas demonstrações contábeis corrobora que o Grupo não agia de forma transparente, deixando de observar as normas de governança corporativa de transparência, *accountability* e equidade.

Por outro lado, as promessas de rendimentos muito acima da média geral do mercado, a negociação de papéis sem lastro real, enfim, todo o achado da pesquisa aponta para uma hiper-realidade baudrillardiana criada pelo Grupo.

Por meio da análise de conteúdo de algumas declarações do antigo sócio majoritário e do advogado da Avestruz Master, este último nomeado diretor administrativo da empresa Avestruz Master S.A., desde antes dos problemas ocorridos com Grupo até a sua transformação em sociedade anônima de capital fechado, verificaram-se seus esforços em evidenciar a viabilidade do empreendimento como algo sempre lucrativo, não mencionando em nenhum momento os passivos e os problemas de liquidez da empresa.

Diante do exposto, fica para reflexão se o abatedouro Struthio Gold, anteriormente garantidor dos negócios do Grupo Avestruz Master Ltda, estaria dando lugar à empresa Avestruz Master S/A que, recém criada, corre o risco de se transformar em mais um simulacro.

## 6. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Cartilha de governança corporativa**. 2002a. Disponível em [http:// www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Acesso em 30 Jan. 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação n. 473**.2004b. Disponível em [http:// www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Acesso em 30 Jan. 2007.

Como a Avestruz Master entrou em crise financeira. **O Popular**. 2005. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/ronaldocaiado/NG2005\\_11\\_20.htm](http://www.camara.gov.br/ronaldocaiado/NG2005_11_20.htm). Acesso em 30 Maio 2006.

Credor pode receber só 2%. **Diário da Manhã**. 2006. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/jornais/fullnews.php?id=4012>. Acesso em 30 Maio 2006.

Fariello, D. Investidores apresentarão proposta à Avestruz Master. **Valor Online**. 2005a. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em 30 maio 2006.

Fariello, D. Empresa deve R\$ 1,7 bilhão para mais de 49 mil investidores em todo o país. **Valor Online**. 2005b. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em 30 maio 2006.

Fariello, D. Afaste o prejuízo. **Valor Online**. 2005c. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em 30 maio 2006.

Fariello, D. Credor vira acionista para tentar salvar a empresa. **Valor Online**. 2006d. Disponível em <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em 30 maio 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de Governança Corporativa**. Disponível em <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 25 fev. 2007.

Entrevista exclusiva com Jerson Maciel. **Struthio & Cultura**, 2005. 16, pp. 30-32.

MACINTOSH, N. B., SHEARER T., THORNTON, D. B., & WELKER, M. Accounting as simulacrum and hiperreality: perspectives on income and capital. **Accounting, Organizations and Society**, V.25, p.13-50, 2000.

MASTER, A. **Nota oficial da empresa avestruz master**. 2005. Disponível em: <http://www.portaldoavestruz.com.br/materias>. Acesso em 30 Maio 2006.

MONTEIRO, L. Por que o negócio não deu certo: caso Avestruz Master. **O Popular**. 2005. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/ronaldocaiado/NG2005\\_11\\_20.htm](http://www.camara.gov.br/ronaldocaiado/NG2005_11_20.htm). Acesso em 30 Maio 2006.

ROSS, S. A., WESTERFIELD, R. W.; JOEDAN, B. D. **Princípios de Administração Financeira**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, A. M. O novo regime jurídico das sociedades limitadas e a governança corporativa. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 26 maio 2006.

SHLEIFER, A., VISHNY, R. A survey of Corporate Governance. **Journal of Finance**, v.52, n.2, p.737-783, 1997.

SIFFERT FILHO, N.F. Governança Corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.5, n.9, p.123-46, Jun/1998.

SILVA, C. A. T., CUPERTINO, C. M., OGLIARI, P. R. Avaliando a queda de uma gigante: o caso Enron. **Assembléia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração** (pp. 1-8). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

VIEIRA, C. Do campo ao banco. **Valor Online**. 2005. Disponível em: <<http://www.anabb.org.br/novoSite/clipping/Clipping08042005.htm#09>>. Acesso em 30 maio, 2006.

WRIGHT, P., KROLL., M, PARNELL., J. **Administração Estratégica: Conceitos.** São Paulo: Atlas, 2000.